

ATA DA OCTOGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-9-2018.

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely e Reginaldo Pujol. A seguir, por solicitações de Cassio Trogildo e Mendes Ribeiro, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Pedro Lourival Pereira da Fonseca e a Arody Ramos de Oliveira, respectivamente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em Tribuna Popular, a Maria Regina Araújo, Presidenta do Instituto Elo, que se pronunciou acerca do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Maria Regina Araújo. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Sofia Cavedon, Moisés Barboza, este duas vezes, e Idenir Cecchim. Na oportunidade, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Tarciso Flecha Negra e João Carlos Nedel, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/18, discutido por João Carlos Nedel, Sofia Cavedon, Adeli Sell e Moisés Barboza. Após, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de iniciar a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Adeli Sell, em tempo cedido por Marcelo Sgarbossa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de alunos do Centro Social Antônio Gianelli, acompanhados pelo professor Júlio César de Lima, em visita orientada integrante do projeto de Educação Política desenvolvido pelo Memorial deste Legislativo. Às quinze horas e cinquenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein e Cassiá Carpes e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do querido amigo Pedro Lourival Pereira da Fonseca, conhecido como Pedro Diogo, da Banda Saldanha, que faria 65 anos no dia 8 de outubro, conhecido carnavalesco, uma grande figura da cidade de Porto Alegre.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Presidente Valter, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Arody Ramos de Oliveira, avô do Ver. André Carús.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Elo, que tratará de assunto relativo ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH. A Sra. Maria Regina Araújo, Presidente do Instituto Elo, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. MARIA REGINA ARAÚJO: Boa tarde, eu gostaria de agradecer, primeiramente, à presidência da Casa por nos oferecer esta oportunidade, especialmente ao Ver. Mendes Ribeiro, por ter proposto um projeto de lei para o TDAH, que institui especificamente a Semana de Conscientização do TDAH, que será realizada todos os anos, aqui na nossa Capital.

Hoje estou representando o Dr. Luis Augusto Rohde, que é um grande especialista da área, professor de psiquiatria da UFRGS e um grande pesquisador. Coube-me, então, representá-lo hoje, a partir desse assunto tão importante que é o TDAH. Eu vou explicar, rapidamente, o que é o TDAH. O TDAH é um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade de causa genética – 80% do TDAH é de origem genética e acomete 5% da população brasileira. O TDAH é um problema de transtorno neurobiológico, a causa dele é neurobiológica. O que significa isso? A maturação do cérebro não foi completa, então, nós podemos dizer que o cérebro é levemente menor do que nas pessoas que não têm TDAH, e isso implica numa disfunção neuroquímica. Essa disfunção neuroquímica dos neurotransmissores – especificamente a dopamina e a noradrenalina – faz com que as mensagens que vão até o cérebro, através das sinapses,

não cheguem ao destino adequado, o que faz com que o córtex pré-frontal não funcione adequadamente, o que compromete, especificamente, o planejamento, a organização, a atenção, a concentração e a iniciativa. São crianças que vão esquecer seus compromissos, vão esquecer seus materiais em casa, não vão cumprir as agendas, vão ser impulsivas. Então, todo esse conjunto de comportamento implica numa baixa produtividade acadêmica, e podem ocorrer comorbidades. O que são comorbidades? Depressão, ansiedade, transtornos de aprendizagem. Entra aí o quê? A dislexia, a discalculia... Bom, por que eu estou dando esse aparato geral? O Rio Grande do Sul está, digamos assim, defasado dessas estratégias pedagógicas, em sala de aula, específicas para criança com TDAH. Nós podemos dizer que Florianópolis, Santa Catarina, especialmente, trabalham há 12 anos com estratégias pedagógicas, nas escolas, para crianças com TDHA. E agora nós fizemos um conjunto de metodologias para serem implementadas nas escolas gaúchas; apresentamos à Secretaria de Educação do Estado, na qual fomos muito bem recebidos, que, a partir de então, estabelecerá um convênio com várias entidades que representam essa área. Inclusive, o Dr. Luis Rohde, que faz parte do Hospital de Clínicas, é o Diretor do Programa de Déficit de Atenção e Hiperatividade, atende a população e a demanda gaúcha.

Por que estou aqui hoje? O Ver. Mendes Ribeiro fez um projeto de lei – espero que seja aprovado – que estabelece a Semana da Conscientização do TDAH, que será realizada todos os anos em Porto Alegre, para provocar e fomentar a criação de políticas para o tratamento e diagnóstico do TDAH. Então, à frente desse propósito, nós poderíamos citar que o primeiro momento é conscientização da população através da informação; educação para os professores, a sua capacitação. Segundo momento: a capacitação dos profissionais da saúde, informação para os gestores públicos e privados, parcerias internacionais com órgãos de ponta da área. A ideia é trazer o *know-how* do Canadá e dos Estados Unidos, países com que já tivemos contato, porque lá eles trabalham há 40 anos com o TDAH nas escolas – nós estamos atrasados, aqui, no mínimo, 40 anos. Isso significa que 70% das crianças com TDAH têm comorbidades, como eu já falei: ansiedade, depressão, transtornos. Isso implica em números muito severos e alarmantes: as crianças com TDAH têm dez vezes mais chance de depressão, por exemplo, o que é muito significativo – dez vezes mais chances de depressão; cinco vezes mais chance de suicídio; sete vezes mais chance de acidentes domésticos. Tem uma pesquisa muito interessante, do Dr. Paulo Mattos, que é um grande estudioso da área, especificamente do TDAH, que fala que a maioria das crianças – há um índice alto – que estão nas emergências no Brasil são de crianças com TDAH. Por quê? Porque estão expostas a acidentes domésticos; elas têm, como citei, sete vezes mais chance de sofrer acidentes domésticos. Fora isso, elas têm nove vezes mais chance de internações, comprovadamente.

Eu gostaria de salientar que foi realizada uma pesquisa com Dr. Rhode e com o Dr. Paulo Mattos, com a USP, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a UFRGS, na qual se demonstrou, a partir de uma amostragem com 250 mil crianças com TDAH, que o Brasil gasta, por ano, R\$ 1,8 bilhão com ensino público e com a rede hospitalar, por quê? Porque essa criança, em média, repete o ano escolar de duas a três

vezes, o que representa um gasto no ensino público. Essas crianças, o maior número delas, estão lá nas emergências do nosso País, por quê? São expostas a acidentes domésticos, inclusive sofrem atropelamentos, principalmente os meninos porque têm um quadro de hiperatividade. Concluindo, não fazer nada é mais caro do que fazer uma política de diagnóstico e tratamento do TDAH.

Então, peço, encarecidamente, que pensemos no assunto, porque não é só o sofrimento familiar, não é só o sofrimento dessa criança, porque ela vai ter TDAH provavelmente pelo resto de sua vida; é questão de gasto público inadequado por não ter uma política de prevenção. O TDAH existe, e não há como negar isso: 5% da população mundial, como prevê OMS, isso significa que a cada 20 crianças, uma tem TDAH. Então, o Dr. Rohde, que é o grande especialista, falou que em praticamente toda sala de aula tem uma criança com TDAH que não está sendo diagnosticada e, principalmente, tratada. Se essa criança tiver um tratamento com metilfenidato, que vai dar um balanço nos neurotransmissores, vai ficar mais calma, vai ter mais atenção, concentração. E fica aí a proposta desta tríade: trabalho com a escola, trabalho com os profissionais de saúde e trabalho com a família. Tem que ser uma tríade em que todos possam se comunicar. Então, o que o Instituto Elo preconiza, junto com o Ver. Mendes Ribeiro, que foi muito sensível à causa, é que haja capacitação nas nossas escolas pelos professores e que haja esse trabalho de qualificação para essas estratégias serem inseridas nas salas de aula. Resumindo, eu gostaria que os nossos Vereadores fossem sensíveis a essa nossa demanda, que, na verdade, é uma necessidade, e que assim possamos trabalhar juntos com outras entidades. Convido a todos para que, no dia 28 de setembro, participem da Semana de Conscientização do TDAH, que será realizada aqui, no Plenário Ana Terra. Agradeço muito a oportunidade e estou muito feliz de participar hoje desta Tribuna. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convidamos o Sra. Maria Regina Araújo a fazer parte da Mesa.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Obrigado, Presidente Valter. Maria Regina, é uma alegria tê-la aqui conosco nos enriquecendo de tanta informação de um assunto tão relevante para a nossa sociedade. Trabalhamos pela conscientização do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH para promover uma infância melhor e qualidade de vida às pessoas que, de alguma forma, estão ligadas aos casos do TDAH. Apresentamos projeto de lei que institui a Semana Municipal de Conscientização do TDAH, em Porto Alegre, no período que incluir o dia 19 de setembro, tendo em vista que a data marca a descoberta científica sobre esse transtorno. Também encaminhamos um projeto de indicativo ao Executivo Municipal para que as escolas da rede pública estabeleçam ações de preparo aos profissionais,

estratégias específicas para melhor atendimento às crianças e jovens com déficit de atenção ou hiperatividade. Observo que, da mesma forma, encaminhamos ofícios às esferas estadual e federal para providências cabíveis. Agradecemos imensamente à escritora Maria Regina Araújo, que nos presenteou com a presença e a sua explanação, ao Dr. Edward Darnel, que lhe acompanha aqui, no plenário, minha saudação e meu abraço; ao jornalista Marcel Hartmann, que, através do trabalho que desenvolvem, nos motivaram a ampliar a nossa defesa dessa causa. Eu não tenho dúvidas nenhuma que os Vereadores estarão atentos junto a vocês nessa luta tão bonita, nessa causa tão sensível, que é o déficit de atenção. Então, aqui eu falo em meu nome, em nome da bancada do PMDB, do Presidente-Vereador, Valter Nagelstein; dos Vereadores Idenir Cecchim, André Carús, Comandante Nádia. E digo: contem sempre conosco, estamos aqui para trabalhar em prol das pessoas e buscar sempre melhor qualidade de vida para os cidadãos porto-alegrenses. Muito obrigado pela presença e por nos engrandecer e nos dar essa aula de sensibilidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. Mendes Ribeiro, eu o cumprimento pela iniciativa. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Gostaria de dar um abraço à Maria Regina pela brilhante exposição, muito clara, muito enfática, trazendo à luz, para esta Câmara de Vereadores, um problema grave, que, se enfrentado de forma racional e correta, pode trazer uma melhor capacidade de aprendizagem para os nossos alunos, os nossos portadores de TDAH. Falo em nome da bancada do PSOL, agradeço à Ver.^a Fernanda Melchionna e ao Ver. Roberto Robaina pela possibilidade. Estou, há 18 anos, em sala de aula e percebo que a possibilidade que nós, professores, aos sermos capacitados para identificar e encaminhar aos especialistas esses casos faz com que haja, de certa forma, uma precocidade para a busca do tratamento. Eu, assim como tu, identifico que a capacitação dos profissionais da educação é a porta de entrada para que nós façamos o enfrentamento ao déficit de atenção e hiperatividade. Infelizmente, a educação no nosso País, no nosso Estado e, em especial, no nosso Município, porque sou professor da rede pública municipal, não está mais priorizando momentos de preparação, de capacitação aos profissionais da educação. Nós estamos no Município de Porto Alegre perdendo as nossas reuniões, os nossos encontros e os períodos de formação. E isso prejudica a quem? Aos nossos alunos. É um lamento que eu trago essa informação para ti, mas estamos do teu lado e estamos do lado dessas crianças que têm o direito de aprender com mais qualidade. Hoje, inclusive, há uma reunião sobre avaliação para alunos que apresentam algum tipo de necessidade especial, como é o caso do TDAH, que têm que ter suas avaliações voltadas para verificar o que ele conseguiu aprender, o que ele conseguiu produzir, mas respeitando as suas limitações e

as suas características. Um grande abraço e parabéns pelo teu trabalho e pelo do Instituto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente da Casa; nossa convidada, Maria Regina Araújo, seja bem-vinda, o tema que a senhora aborda já foi devidamente enfatizado pelos colegas, é da maior relevância, envolve a escola, a família e a sociedade como um todo. Não dá para dizer que, de uma forma estanque, esse é um problema dessa ou daquela área; é um problema de todos, porque, se não acontece na nossa família, pode acontecer na família dos nossos amigos, pode acontecer na sociedade, e pode não acontecer se prevenções forem adotadas, programas forem desenvolvidos e entidades, como a Elo, tenham sucesso nos seus empreendimentos. Dessa forma, eu teria que dizer uma citação mais ou menos comum nestas horas: cada um faça a sua parte. Mas eu vou dizer mais: cada um tem que fazer a sua parte de forma orientada, não dá para sair fazendo de qualquer jeito. E acho que, de certa maneira, a senhora está cumprindo essa necessidade, dando uma linha de orientação para que nós possamos conseguir. A Câmara tem comissões temáticas específicas que podem bem cuidar desse assunto. E a minha comissão, que é a Comissão de Cultura, Educação, Esporte e Juventude, mais do que nunca, tem que se comprometer. Certamente que o nosso presidente, Ver. Tarciso Flecha Negra, que no momento não está aqui conosco, não terá dúvida nenhuma em chamar todos os integrantes da comissão para se empenhar nesse trabalho organizado, preconizado e orientado pelo Instituto Elo. Meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Valter Nagelstein; de modo especial, a nossa convidada no dia de hoje, a Sra. Maria Regina Araújo, Presidente do Instituto Elo, seja bem-vinda. Estava ouvindo atentamente ali as suas colocações técnicas em relação à identificação de quem tem déficit de atenção, e me lembrava, quando diretor do Hospital da Criança Conceição, antes de ser Vereador aqui, eu recebi um funcionário, o Sr. Carlos, que falava do seu filho que tinha déficit de atenção e hiperatividade. E ele, depois que me elegi Vereador, me procurou aqui e perguntou se eu lembrava daquele papo que havíamos tido, dizendo que queria

que eu realizasse um projeto de lei que instituísse na rede pública essa relação não só de identificação de casos de TDAH, mas por poder ter profissionais que tratassem desse assunto.

Está tramitando aqui, nesta Casa, o PLL nº 125/17, que foi apresentado em abril de 2017, o qual passou por quatro comissões no ano passado, recebendo pareceres favoráveis e, por não ter passado pelas seis, voltou e está passado nas outras duas, casualmente está na CEFOR, cujo relator é o Ver. Cecchim – e eu falei com o Vereador no sentido de tentar agilizar, pois seria importante aprovarmos este ano. Na verdade, o projeto instituiu a Política Municipal de Atenção Integral aos Educandos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hipersensibilidade – TDAH no Município de Porto Alegre.

Eu queria elencar dois artigos. O art. 2º diz o seguinte: “Para fins desta Lei, são considerados educandos os alunos matriculados regularmente nas instituições públicas ou privadas de educação infantil e fundamental com sede no Município de Porto Alegre”. E o art. 4º, o qual é fundamental, diz: “Ficam as instituições públicas ou privadas de educação infantil ou fundamental obrigadas a manter profissional habilitado na área pedagógica para a realização de avaliação precoce e acompanhamento do educando diagnosticado com TDAH no decorrer da sua vida escolar”. É exatamente ao que a senhora está se referindo, quando, na verdade, além de avaliar as dificuldades, por sua vez até na identificação, mas, ao chegar na rede escolar com a identificação, é muito melhor saber como tratar, como viabilizar, como, enfim, se comportar e atender um jovem que tenha essa hiperatividade. Parabéns pela Instituição Elo. Queira Deus que o projeto do Ver. Mendes Ribeiro, que cria a Semana de Conscientização do TDAH, e esse projeto possam ser viabilizados aqui na Casa, e nós, enquanto Vereadores, sinalizando algo para toda a sociedade. Parabéns, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Oliboni. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sou Líder da oposição, Maria Regina, fico muito orgulhosa de poder reforçar a fala do PT e do PSOL, dizendo, Presidente Valter, que a gente constituiu na nossa rede municipal, num processo largo de reestruturação, estruturas de aprendizagem, novos espaços para garantir aprendizagem de quem tem dificuldades diferentes e para todos os nossos alunos e alunas, pois cada um tem um jeito de aprender, alguns têm dislexia, outros têm hiperatividade. Enfim, nós não podemos transformar isso num defeito ou numa deficiência. A sociedade é deficiente quando ela não acolhe o diferente. Então os laboratórios de aprendizagem, infelizmente, que são uma das construções das turmas de progressão, mas em especial as salas de integração e recurso são exatamente para diagnosticar as dificuldades e aprendizagens. Então, Mendes e Oliboni, nós precisamos

de um outro currículo, de outros espaços na escola, para garantir esses momentos em pequenos grupos, com professores especializados, dando suporte em outro turno, não para um reforço, mas para um diagnóstico, para um acompanhamento, para uma alteração do trabalho pedagógico em sala de aula que dê conta dessa diferença. Infelizmente, Mendes, agora, neste momento, o Prefeito Marchezan e o Secretário Adriano têm tirado todos os professores do laboratório de aprendizagem e mandado para sala de aula, porque ele não está nomeando professores novos. E nós estamos com 600 cargos vagos, e eles estão desmontando os espaços de apoio à aprendizagem para quem precisa de um apoio diferenciado.

Então eu quis falar isso, Maria Regina, porque eu não conhecia ainda o Instituto Elo, e nós, para além de avançar, de termos uma semana de conscientização, precisamos fazer a defesa do que já conquistamos para que as nossas crianças e adolescentes possam seguir o seu itinerário educativo sem rupturas, sem reprovações em nome de um equívoco, de uma falta de compreensão de todos os profissionais e da família das características diferenciadas. Então, parabéns pela luta e conte com as nossas bancadas, com certeza, para terem sucesso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver.^a Sofia. Quero fazer um registro, gostaria que o Rafael viesse aqui. Nós temos uma política de inclusão aqui na Casa, e o Rafael é autista, mas é estudante de jornalismo e é nosso estagiário aqui no Setor de Comunicação da Casa. Então a gente tem essa política pró-ativa de inclusão, compreendendo que é preciso exatamente ter esse tipo de pró-atividade, de sentimento e de pensamento. Também é preciso haver políticas públicas ou iniciativas de instituições como o Instituto Elo para que se forme consciência e ajudem as pessoas que eventualmente sofrem desses transtornos, mas também as famílias, com orientação profissional, da forma que tu compartilhaste conosco da tribuna.

A Sra. Maria Regina Araújo está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. MARIA REGINA ARAÚJO: Eu gostaria de reiterar o meu agradecimento e eu tenho certeza de que, após essa explanação e a primeira Semana de Conscientização de TDHA em Porto Alegre, a Cidade vai se somar a outros Estados que já realizam, há bastante tempo, e podemos realmente se instalar aqui no Estado, e principalmente em Porto Alegre, esse trabalho conjunto com as entidades, com a Câmara e outras instituições, a propósito de informar, educar, proteger as nossas crianças. Tenho certeza de que os gastos públicos serão bem menores, menos sofrimento e um crescimento social bem mais equilibrado, mais justo e mais humano. Agradeço a todos. Boa tarde.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Nós que agradecemos, muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 14h47min: Estão reabertos os trabalhos. Cumprimentos ao Ver. Mendes Ribeiro pela iniciativa e a todo o seu gabinete.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Ver. Moisés Barboza, Líder do Governo, aproveitando a sua atenção, eu quero cobrar uma questão que está atormentando um grande e significativo número de moradores do Centro Histórico de Porto Alegre, que é a chamada Casa Azul, aquela obra em processo de decadência, uma casa antiga, tudo indica listada no patrimônio – fiz um pedido de informações e não está muito claro, exatamente, qual é o procedimento junto ao nosso Epach –, que está colocando em risco a vizinhança, não só porque causou um grave problema de transtorno de circulação viária, tivemos que fazer vários contatos com a nossa EPTC para que as pessoas pudessem transpor aquela parte e chegar à Rua Riachuelo, naquele perímetro entre a Av. Borges de Medeiros e o Tribunal de Justiça. Há ali um problema de intranquilidade geral, primeiro, porque há uma ocupação de moradores de rua, há uma ocupação desenfreada por drogaditos que passam o dia inteiro queimando coisas ali, colocando em risco o seu entorno, além de ter água estagnada, e, agora, estando na primavera, iniciando logo em seguida o verão, nós teremos problemas gravíssimos de sanidade, causando problemas com mosquitos e outros animais peçonhentos, como ratazanas *et cetera* e tal. Então eu peço a atenção do Líder do Governo, Ver. Moisés Barboza, para que seja tratado com urgência urgentíssima esse caso, com uma limpeza imediata por parte do DMLU, com uma fiscalização da nossa vigilância em saúde, e também que fossem apressados todos os mecanismos legais para resolver essa questão, seja, na minha opinião, através da arrecadação desse local, porque, como vi na imprensa, tem uma dívida astronômica, a Prefeitura, eu espero que já tenha dado aquele prazo famoso dos três anos e, se não deu, deve fazê-lo, ou tomar outras medidas cabíveis, porque não podemos ficar com essa chaga em pleno Centro Histórico de Porto Alegre.

A outra questão que eu quero colocar aqui é sobre o uso inadequado do Cais do Porto. Nós aprovamos aqui uma legislação sobre o Cais Mauá, uma empresa acabou ganhando para fazer as modificações necessárias, no entanto está locando ou sublocando parte dos armazéns para fazer atividades, entre aspas, festas, quintas, sextas, sábados e às vezes domingo, com som além do que é permitido pela legislação. Já tomamos algumas iniciativas e eles estão, na verdade, burlando nossa legislação, fazendo nosso Poder Público Municipal de idiota, e a população de mais idiota ainda. Isso não pode continuar assim!

Por outro lado, quero anunciar aqui que fiz 20 fotos de imensos buracos na Rua da Praia, entre a Rua Marechal Floriano e a Rua Caldas Júnior. Só fiz o registro dos 20 maiores, com a numeração da Rua dos Andradas, e fiz os pedidos de providência pelo 156, como manda o nosso Regimento aqui da Casa. Não tive respostas até o momento. Já vi, e tenho queixas diárias de pessoas que caem em plena rua da Praia por causa dessa buraqueira, e os cegos não conseguem circular mais na famosa Rua da Praia, e os cadeirantes também não. Quero me somar a algumas das preocupações, especialmente com os idosos do Centro, Ver. Alvoni, que são hoje 35% da população. O senhor não está sozinho, quero ser seu parceiro, sou seu parceiro nesta temática, e queremos aprofundar, cada vez mais, os cuidados com as pessoas com deficiência e nossos idosos, especialmente no Centro Histórico, que hoje são vítimas dos buracos da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Adeli.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, faço aqui um registro pela inconformidade da situação do atendimento do transporte coletivo em Porto Alegre. Somado ao nosso trabalho de Vereadores e Vereadoras, que é feito diretamente com população, todo o tempo, o fato de estarmos nas campanhas também nos coloca mais próximos de onde a população sente a falta de gestão do serviço público, a falta de gestão no caso dessa concessão pública. Hoje, mães de família, senhoras do Morro Santa Teresa me diziam que as linhas de ônibus 244 e 244.1 tiveram redução de horários, não sabem por que, e a implicação disso é tão grave que atinge as crianças no horário de ir para a escola, horários reduzidos em horários de pico, horários dos trabalhadores, das trabalhadoras, também dos meninos e das meninas se deslocarem para a escola. Nós sabemos que na nossa Cidade temos muitas crianças e adolescentes que se deslocam de ônibus para a escola, isso significa, portanto, falta. Esses meninos e meninas têm que caminhar muitos quilômetros, ou pegar dias de chuva, ou pegar situações de violência, o que também, naquela região, é bastante complicado, e a falta do ônibus vai indicar abandono escolar, ou ausências, ou

muitas faltas nas aulas, o que significa redução de possibilidade de aprendizagem, significa resultar em fracasso escolar, significa a não aprendizagem. Esse não é um fenômeno isolado, há horas, a população faz queixas sistemáticas: os ônibus estão demorando mais para chegar, há redução de linhas e de horários de linhas, o que faz com que se formem filas enormes. Sempre tivemos filas em horários de pico, mas, agora, é por redução proposital das empresas. Já não basta que elas tiveram a meia passagem retomada; não basta que tenham isenção de ISS; não basta que ganhem e recebam, na câmara de compensação, da Carris. Vocês sabem que a Carris é a empresa que mais transporta passageiros e que mais retorna recursos na câmara de compensação, pelo sistema de licitação que premia quilômetros rodados, e não passageiros carregados. Como não bastasse isso, nós temos redução de horários de linhas, prejudicando a nossa população – isso é inaceitável.

Se combinarmos isso com a violência que temos nas filas, e é sobre este tema que eu quero falar mais especificamente: os assaltos nas filas de ônibus no Centro da nossa Cidade. Eu presenciei dois assaltos em meia hora, Vereadores e Vereadoras, aqui no terminal Parobé. Quando a gente está ali no terminal e vê alguém correndo, é porque levou o celular de um, a carteira de outro. Quero fazer um apelo desta tribuna, Ver. Moisés: que o Governo Municipal solicite uma ronda da Brigada Militar. Aos domingos, lá na Cidade de Deus, há a mesma demanda quanto às paradas de ônibus. Onde é que acontece o pequeno assalto, Ver. Alvoni? Onde o pessoal está aglomerado para esperar o ônibus. Claro, por acaso, pode ser na rua, sozinho, um e outro, mas, principalmente, nas aglomerações, no momento em que o trabalhador está saindo, está esperando o ônibus na fila, esperando na marquise. Acontece na São José, acontece nos terminais mais cheios. O que custa construir com a Brigada Militar e com a Guarda Municipal – mas, em especial, com a Brigada Militar – uma presença nos horários de pico nas grandes concentrações nos terminais, em especial no terminal Centro?

Quero fazer aqui este apelo, em nome da população de Porto Alegre: fiscalização no cumprimento das linhas – afinal, há um contrato com as empresas de ônibus – e segurança; acompanhamento e segurança nos horários de pico, horários de volta para casa, nos terminais de ônibus, onde as pessoas estão sendo assaltadas. Não basta o cansaço, não basta tudo o que estão passando, ainda são assaltadas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassiá Carpes assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, depois, prossegue em Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Eu subo aqui na tribuna para dividir com vocês, em primeiro lugar, os assuntos de dois veículos de comunicação no dia de hoje. Temos na capa do Correio do Povo: o mutirão que limpou a praia em Torres. Temos também aqui: integrando a programação local do 25º Porto Alegre em Cena – e já parablenizo esse importante espaço cultural em Porto Alegre –, que é, na realidade, uma iniciativa artística da Ecopoética desenvolvida aqui, na Orla, com os artistas, enfim, em cima de símbolos que seriam lixos. E temos essas duas imagens que eu queria dividir com os senhores aqui, na tarde de hoje. E queria dizer que nós tomamos a iniciativa, neste momento em que milhares e milhares de porto-alegrenses estão cada vez mais integrados com o nosso Lago Guaíba, de protocolarmos nesta Casa um projeto de Política Municipal Hidroviária, porque a integração do porto-alegrense não pode ser somente da terra para o Guaíba, ela tem que ser feita também do Guaíba para a Cidade. Temos que ter estruturas de apoio náutico. E eu, em breve, gostaria de poder discutir com os Pares desta Casa, com os Vereadores e as Vereadoras, a importância de nós podermos aqui, neste momento, desenvolver isso em Porto Alegre, e ter aquilo que se tem em rios e lagos no mundo inteiro.

Eu também, na realidade, notei que, no jornal Zero Hora de hoje, temos um livro que elenca um século de mentiras na política. Eu gostaria de parabenizar essa obra da Editora Intrínseca e dizer que esse é o retrato da nossa história no Brasil. Tem vários anos e várias falácias que foram ditas por governantes, e não posso deixar de citar algumas delas. Passam pelo Governo Collor, pela época do Figueiredo e uma me chamou atenção. O então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano 2002, disse (Lê.): “Se ganharmos a eleição, tenho a certeza de que parte da corrupção irá desaparecer já no meu primeiro semestre de governo”. Infelizmente, temos esse ex-Presidente preso por corrupção e lavagem de dinheiro.

Para finalizar, eu não poderia deixar de saudar uma iniciativa importante, no dia de hoje, da Secretaria Municipal de Educação: ela está com uma proposta para 500 novas vagas nas entidades conveniadas já cadastradas. A gente tem que comemorar isso. É para as entidades que já estão cadastradas, mas a gente viu um plano de aumento de recursos de 30% e de 15% ser anunciado para este ano e para o ano que vem. Hoje a gente está aqui comemorando essas 500 novas vagas para as instituições conveniadas, e na parte mais importante, que é a pré-escola, que é um momento importante para as nossas crianças. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Adeli, eu o ouvi atentamente falando sobre a Casa Azul, que já pode ser chamada de casa negra. Quero retificar: casa preta. Eu lembrei muito aqui da luta do Ver. Bernardino Vendruscolo sobre esses casarões que estão

caindo pela Cidade, esses esqueletos. Aqueles que precisam ser recuperados ou restaurados, mas não se dá bola. Não é agora, do Governo Marchezan, isso vem de muito longe. Nós temos um problema muito sério em Porto Alegre, Ver. Adeli, V. Exa. tem acompanhado esse raciocínio, que é a nossa Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural – Epahc, que tem atrasado esta Cidade há muitos anos e há muitos governos, porque eles confundem coisa velha com coisa histórica. Tem algumas coisas no Centro da Cidade, como o edifício “esqueleto”. Ora, tem propriedade nesse edifício? Até dizem que tem algumas propriedades meio escusas, conquistadas através de posse, de inventário, de ocupação, não sei os nomes que se dão, mas nós não podemos mais deixar um edifício de quase 50 anos, que assusta quem passa perto, e que uma hora dessas vai começar a cair pedaços de concreto em cima dos transeuntes ou em cima de quem passa por lá. Nós temos que fazer alguma coisa. A grande maioria desses imóveis está com o IPTU atrasado há muitos anos, já pertence ao Município. Digo isso porque, a partir de uma desapropriação, o Município passa a ter autoridade em cima desses imóveis, passa a ter autoridade legal, passa a ser proprietário, e aí, sim, devemos tomar uma atitude definitiva. Aqueles que não têm mais recuperação... E tem muitos esqueletos que não têm recuperação, mesmo que se queira deixar a fotografia histórica, não dá para recuperar a casca do edifício, eles apenas representam um perigo, até para aquelas pessoas que não têm onde morar e que se arriscam a dormir lá dentro. É um perigo! E nós temos a obrigação de zelar pela integridade física de quem passa, de quem entra e de quem tem medo também. É um perigo constante. Eu me lembro de que, quando o Ver. Cassio Trogildo era Secretário de Obras, naquela época, essa mesma Casa Azul teve que ser interditada, aquela quadra. Agora, o prejuízo não é só do trânsito, não! Imaginem vocês o prejuízo que está ocorrendo para os proprietários dos negócios daquela quadra onde é interrompido o trânsito. São muitos prejuízos: comercial, de quem tem que fazer uma volta enorme de carro, de quem fica trancado, de quem gasta gasolina, de quem produz mais poluição... Tudo porque alguém não soube definir o que é velho e o que é histórico. Essa dúvida nós temos que, de uma vez por todas, resolver aqui na cidade de Porto Alegre. Histórico é histórico, velho é velho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Solicito alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, passar ao período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Em votação o Requerimento de autoria do João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 1252/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/18, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019. **Com Emendas nºs 01 a 07.**

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Presidente, Ver. Cassiá Carpes; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, mais uma Sessão de Pauta Especial para encaminharmos a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, importante porque dá as diretrizes para nosso orçamento. Na semana passada, convidamos o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas para uma reunião da CEFOR, mas um compromisso o impediu de vir. Queríamos que ele viesse e dissesse como as parcerias público-privadas poderiam reduzir o déficit previsto para nosso orçamento. Ele não pôde vir, mas temos tanta coisa que pode ajudar a diminuir o déficit. O déficit basicamente está na necessidade imperiosa de investimentos na nossa Cidade, porque faltam recursos, seja para o saneamento básico, para o aumento da rede de água que vai apresentar dificuldades no verão em certas regiões. Vai faltar água em Porto Alegre. Então, é importante que os investimentos sejam feitos até com certa urgência, porque temos dificuldades, a nossa rede é muito antiga, as casas de bomba são antigas, não sei se vão aguentar o grande trabalho que terão no nosso verão. Também insistimos em como é importante a adoção de praças e parques; justamente o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas não veio aqui porque ele teve que atender um empreendedor que quer investir na fase dois da orla, que quer colocar lá... Ver. Adeli, V. Exa. que é muito chegado a Londres, que fala o inglês perfeito, em Londres, tem uma roda-gigante ampla, grande, e esse empreendedor quer investir aqui, na orla, justamente num empreendimento desses, de uma roda-gigante enorme, que será uma grande atração para a nossa orla. E, assim por diante, temos aí um belo exemplo, como a Uber, que está se responsabilizando pela manutenção da parte ambiental da orla – isso é extremamente importante.

A Frente Parlamentar do Turismo também tem a sua responsabilidade, mas nós estamos tentando fazer alguns eventos, como o Natal da nossa Cidade, e há inclusive um projeto que se chama “Porto dos Natais”. Então, estamos tentando movimentar a comunidade para que realmente possamos festejar o Natal, trazendo isso também como um evento turístico. Também estamos articulando o *Reveillon*, também tudo com parceria público-privada, sem recursos. Também já foi lançado o edital dos relógios, em breve virá o edital das placas de rua, e também da adoção de alguns parques. Portanto, são várias possibilidades que a iniciativa privada e que os Vereadores

também podem articular, porque têm os seus relacionamentos, para que possamos diminuir o déficit do próximo orçamento de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente, Ver. Cassiá Carpes.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu não considero déficit o que o Governo projeta como novos investimentos. Portanto é uma lei que veio equilibrada, ela não tem déficit, e eu espero que, no relatório, o nobre Relator Camozzato tenha corrigido isso, que o relatório de aprovação da CEFOR tenha retirado a palavra déficit dessa legislação.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Isso, só faltam recursos para expansão, e o Prefeito diz que vai tentar buscar. Espero que esteja se empenhando este ano para buscar no Governo Federal, pois este Governo é um fracasso total em dois anos, o Governo Temer, que congelou todos os investimentos, Ver. Oliboni, o Minha Casa, Minha Vida e vários projetos prontos, desde o outro Governo aqui em Porto Alegre, e que aguardam liberação do Governo Federal.

Mas eu quero tratar mais especificamente da ex-Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, que virou uma coordenadoria dentro da superssecretaria, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, essa foi a volta que foi data nesta Câmara para não manter a Secretaria. O Prof. Edgar, nosso último Secretário da Secretaria de Esportes, está presente por coincidência. E nós temos uma redução brutal nos investimentos nessa área do esporte, lazer e recreação e queremos corrigir nessa lei orçamentária, na LDO e na nova lei de orçamento. Precisamos corrigir, porque o compromisso de todas as bancadas desta Câmara foi o de que só estaria mudando a nomenclatura e não seriam reduzidos recursos. E a avaliação que nós temos, amanhã tem CEFOR, eu quero ver se acompanho, tem avaliação do quadrimestre, é que houve uma redução brutal nos recursos dedicados ao esporte, lazer e recreação, não tem mais a compra de uma medalha sequer para o estímulo dos encontros, dos jogos. Muitos programas morreram, alguns programas resistem apenas porque a sociedade se organizou, que há uma locação de espaços, as quadras do Marinha do Brasil, mesmo para grupos que se organizam para jogar um vôlei, as quadras são alugadas agora, Ver. Nedel, não tem nada mais público e gratuito em Porto Alegre. Nós estamos aqui com um grupo de aposentadas da Prefeitura, não é, gurias? Bem-vindas! Os aposentados querem jogar, os grupos de jovens querem jogar nas quadras públicas, no Ramiro Souto, do Marinha do Brasil, e isso tem um custo que não é pequeno. E tem um programa de desestatização. Então, é uma retirada brutal de recursos dessa Secretaria, onde houve

um compromisso firmado nesta Casa de que não haveria redução. E já era, Ver. Mauro Zacher, uma Secretaria com pouquíssimo recurso. Já os nossos professores, que eram cento e poucos, faziam chover para cima. E agora são bem menos, não tem reposição, não tem concurso, tem ameaça de retirada desses professores dos seus espaços de trabalho.

Muito bem, então, acho que precisamos olhar com lupa a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque, se é um orçamento que está comprovado que está equilibrado... Não fui eu, foi a Prefeitura que colocou, no final de 2017, um superávit de R\$ 163 milhões. Anunciou, assinou. O Prefeito Municipal assinou o superávit. O Prefeito Municipal, se tivesse demorado uns dois, três dias, não precisaria ter parcelado o 13º salário e gasto milhões, porque ele está gastando milhões para pagar juros do empréstimo que ele franqueou. Então, quero dizer para os senhores que nós precisamos, enquanto Câmara Municipal, olhar com muita atenção essa nova Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não dá para o Prefeito inventar projeção de obras e dizer que é um déficit na cidade de Porto Alegre, tentando estabelecer uma conjuntura para a Câmara e para a Cidade, onde seria inexorável atacar direitos dos servidores e das servidoras, que é inevitável parcelar salários – que é isso que está acontecendo novamente – e que é impossível garantir o 13º salário.

Ora, por fim, os contratos terceirizados na Prefeitura de Porto Alegre, os serviços de pessoas mais vulneráveis, que estão lá fazendo a limpeza nas ruas, não receberam ainda; e aqueles que estão fazendo a limpeza nos postos de saúde, nos abrigos. A Cootravipa não pôde pagar, no final do ano passado, o 13º salário, o natalino, como eles chamam. Então, temos um grupo de trabalhadores terceirizado na cidade de Porto Alegre que não está recebendo minimamente os direitos trabalhistas por essa política de não priorização dos serviços prestados diretamente pela Prefeitura, sejam os servidores, sejam os terceirizados, que, para mim, são servidores também e precisam ter respeito.

Ora, os municipais encerraram a greve, nós agora queremos ver a mesa de negociação, Prof. Alex, porque, afinal, o Prefeito discursava que, em greve, não se reunia, não negociava, pois já faz mais de uma semana e não vi nenhum movimento de negociação. Então, mais uma máscara caiu do Prefeito Marchezan. Faça um favor, encerrada a greve, nós queremos que aconteça negociação, antecipem-se os problemas de fim de ano, antecipem-se os problemas relativos aos servidores, porque nós não queremos mais 40 dias de greve penalizando a cidade de Porto Alegre. Nós exigimos diálogo e menos maquiagem nas leis orçamentárias para forçar na Cidade uma visão que não é real, forçar mudanças que são de redução e que implicam em redução de políticas públicas, portanto de direitos na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado ela oradora.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Ver. Cassiá Carpes; a pág. 3 da LDO, que começamos a debater, é uma cópia *ipsis litteris* da LDO do ano passado; igualzinha, sem colocar absolutamente nada de diferente! No ano passado, chamei atenção de que o item número um das prioridades postas no art. 2º da LDO é a habitação. Vou parar um pouco. Os senhores se deram conta, Ver. Dr. Goulart, que foi titular do DEMHAB, que esta Administração está colocando habitação como prioridade número um? Só pode estar brincando, não é sério! Não é sério, porque, se tem um tema que tem defasagem histórica nesta Cidade – histórica! – é a questão da habitação, a começar pela questão da regularização fundiária. Faça-se justiça, a PGM, recentemente, fez uma ação importante lá na Estrada Afonso Lourenço Mariante, regularizando toda uma área que era pública, e hoje as pessoas têm escrituras. Isso foi importante. Esta Administração, a bem da verdade, o atual Diretor está retomando questões históricas, perdidas no espaço, mas não tem prioridade. Aqui não é uma crítica ao titular da Pasta no momento, mas uma falta de política, Moisés, que o seu Governo não tem na questão habitacional. Nós queremos cobrar aqui antes de retomar os projetos do Minha Casa, Minha Vida, projetos autônomos do DEMHAB, cobrar uma política de incentivo efetivo àqueles profissionais que sabem e que começaram a fazer algumas iniciativas na regularização fundiária. Esta é a questão central. Infelizmente, o Governo Federal, no dia 22 de dezembro de 2016, mexeu na legislação da regularização fundiária, mas, com a pressão das organizações comunitárias do País, conseguiu manter basicamente as questões da antiga lei de 2009. Ou seja, pessoas que têm a posse mansa e pacífica durante cinco anos poderão fazer a sua regularização fundiária de forma a irem no cartório extrajudicial. Isso tem que ser.

Então, vamos ao debate. Querem colocar habitação em primeiro lugar? Abram o debate na CUTHAB, Fernanda Melchionna, Alex Fraga, sobre essa questão. Vamos fazer o levantamento das AEISs – Áreas Especiais de Interesse Social, e nós vamos ajudar, porque nós conhecemos as áreas. Eu fui com algumas comunidades e nós temos problemas de conflitos, infelizmente nós temos algumas lideranças político-partidárias e comunitárias metendo o bedelho naquilo que não entendem e têm atrapalhado esse processo. Isso tem que ser dito. Mas, quem sabe, aqui na Câmara, possamos chegar a alguns denominadores comuns, porque nós temos a clarividência dos colegas Vereadores que sabem que têm que ter um trabalho participativo, comunitário para resolver os problemas da regularização fundiária.

Aí o Governo fala: em segundo lugar, saúde, assistência social, educação, cultura, pavimentação... Pavimentação! Vai ter um *rally*, pessoal, dia 11 de novembro, *rally* dos buracos de Porto Alegre, anotem nas suas agendas. Vai sair da Usina do Gasômetro. Uma promoção da Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias, 11 de novembro. Eu já estou comprometido a estar nesse *rally* que vai acontecer e vai ser famoso.

Há outras coisas, gente, indo um pouco adiante, lá na página 15, eu verifico “Porto Alegre para Todos”. Ver. Alvoní Medina, página 15. Isso aqui é para o senhor e o Ver. José Freitas, que têm tratado desse tema. Qual é a primeira medida de Porto Alegre para Todos? Qual? Ações alusivas às pessoas com deficiência. Como se a

Cidade está esburacada em todas as calçadas? Na Rua da Praia eu fotografei os 20 maiores buracos. Estão lá para ver. Não há cego ou cadeirante que consiga circular pela Cidade. Está em primeiro lugar! Fora outras questões que eu vou nominar posteriormente, em outro debate.

Aí eu vou para a área da cultura. Centro Municipal de Dança. Opa! Mas se nós não conseguimos manter o Centro Municipal de Cultura, colocar Centro Municipal de Dança? Quando nós estamos, neste momento, com uma professora de Israel, que veio para cá ensinar as nossas crianças, e para conseguir hotel, comida, *et cetera* e tal, quem fez? Fomos obrigados a ir para a rede hoteleira, a nossa hospitalidade, Ver. João Carlos Nedel, que gentilmente conseguiu espaço para essa professora. Então, gente, se não tem dinheiro para pagar hotel para uma professora, vai ter dinheiro para fazer um Centro Municipal de Dança?

Eu não vou muito além, mas eu poderia, inclusive, em homenagem às pessoas que estão aqui no plenário, falar que eu não encontrei em destaque a educação ambiental, nem na educação, nem no DMLU e nem na SMAM foi colocado em destaque, está lá no meio de alguma coisa. Por sinal, foi desestruturado, afinal de contas, a visão do Secretário Municipal da Educação, é a do “deus mercado”, só tem uma linguagem que esse Secretário entende, é a do “deus mercado”; falou no mercado, ele está nadando em águas tranquilas. Mas, como disse Zygmunt Bauman, quem se beneficia da globalização, ou seja, do “deus mercado”, são as grandes corporações, jamais a escola, jamais o ensino público e muito menos de qualidade. Nós teríamos que ter, aqui na área da Educação, já que a Educação está em quarto lugar, nós teríamos que ter propostas claras e exequíveis sobre a questão da Educação, mas, como o Secretário não atendeu a convocação da CCJ... Amanhã tem reunião na CCJ, eu já pedi para pautar com os meus colegas Thiago Duarte, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes, Cláudio Janta, Márcio Bins Ely e Rodrigo Maroni, que a gente debata a convocação não cumprida pelo Sr. Secretário Municipal, e também o convite, acho que agora convocação, porque não esteve presente, na última reunião, o Ministério Público, que cuida da questão da educação, outro órgão omissos, totalmente omissos; eu sei que isso vai me custar caro, eu sou uma pessoa teimosa, eu luto e não me entrego. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Registro a visita orientada com a presença de dez alunos que integram o Centro Social Antônio Gianelli, acompanhados pelo Prof. Júlio César de Lima. Esta atividade faz parte do projeto de Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve com as escolas da cidade de Porto Alegre. Obrigado pela presença. Sintam-se à vontade aqui na Casa do Povo.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): O Ver. Moisés Barbosa está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, me atendo à Pauta, ouvindo aqui algumas coisas que foram ditas, não poderia deixar de subir aqui e falar do compromisso que temos como gestores, todos nós aqui, com a transparência. Vi que uma colega subiu aqui na tribuna e pediu ao Vereador-Relator, Ver. Felipe Camozzato, que fosse suprimida da LDO a palavra déficit. Não, me desculpe, vou me dirigir ao Vereador-Relator e pedir que se há déficit, obviamente que fique lá a palavra déficit. É por causa dessas e por outras que não temos mais credibilidade no nosso País, por vivermos, ou pessoas ou políticos que fazem uma maquiagem e causam um prejuízo enorme para a gestão e para as pessoas que ficam imaginando que não há déficit. Então faço aqui um apelo à CEFOR, à relatoria, e quero também dizer – infelizmente a Ver.^a Sofia não está mais aqui no plenário –, queria rebater uma coisa que ela disse aqui também: ela fala que o Governo Temer é desastroso, porque o Temer é desastroso, porque o Temer... Quero perguntar para ela se no dia da eleição, quando ela foi à urna, não apareceu para ela a foto da Dilma e do Vice que eles escolheram, que era a do atual presidente Michel Temer, se ela não votou confirma. Porque ela fala como se não fosse ela uma das eleitoras do Temer neste País. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Cassiá, colegas Vereadores e Vereadoras, aqui, no ano passado, houve uma Comissão Especial do Mobiliário Urbano, presidida pelo Ver. André Carús, com o Ver. Reginaldo Pujol como Vice-Presidente, e eu tive o privilégio, Ver. Aldacir Oliboni, de ser o Relator. Ato contínuo, duas dezenas de Vereadores apresentaram um projeto de lei que, na semana passada, foi analisado com um relatório da lavra do Dr. Thiago, e nós o aprovamos. Estamos solicitando, Ver. Dr. Thiago, porque foi uma posição da douta Comissão de Constituição e Justiça, o artigo 81, para que a gente vote em urgência. Nós temos urgência para votar porque a Prefeitura teima em colocar na rua uma licitação dos relógios, quando a mesma Administração, em reunião da Comissão, com representantes da EPTC que disseram que a prioridade são as placas nominativas de ruas e as paradas

de ônibus, com o que nós concordamos, e que os banheiros são prioridade anterior a qualquer relógio da Cidade. Nada contra relógios, mas eu também me pergunto de que adianta fazermos uma licitação do filé *mignon*, 168 relógios, Ver. Freitas, nas ruas de Porto Alegre, com 9 tipos diferentes de paradas de ônibus caindo aos pedaços. De que adianta fazer a licitação desse filezinho de primeira, que são os relógios, que só grandes corporações poderão participar, porque terão de fazer uma outorga, ou seja, botar na frente R\$ 6 milhões? Quais são as empresas que têm essa capacidade? Por que não fazer da forma como são feitas as licitações do mobiliário urbano no resto do mundo? Fazer um fatiamento por regiões da Cidade. A região sul pega os relógios da região sul, mas vai fazer a parada de ônibus do Lami, para que a pessoa que fica esperando ônibus às cinco e meia da manhã, chovendo, possa estar abrigada com uma parada de ônibus paga pela iniciativa privada com uma propaganda, que pode ser até do açougue do Seu José da esquina. Há espaço para isso, há espaço para diversificação, há espaço para pluralidade, há espaço para o novo mobiliário urbano, com uma estética de primeira em Porto Alegre.

Nós incluímos, inclusive, as paredes vivas. Vocês já verificaram, no Centro Histórico, Ver. Oliboni, a parede viva que está colocada no prédio da Lebes, antigo Guaspari? Bacana, superbacana. E no prédio da Unisinos? Bacana! Pois é, isso poderia ser Porto Alegre. Eu coloquei no meu Facebook, nos últimos dias, várias fotos de Porto Alegre, mas fotos olhando para cima. A bela estética de muitos edifícios poderia estar preservada – eu falei sobre esse tema na minha fala anterior – e nós poderíamos ter um magnífico mobiliário urbano. Nós estamos vendo que Porto Alegre é capaz, conseguimos fazer a orla. Está enfrentando alguns problemas, mas eu não tenho complexo de vira-lata, como alguns têm, de achar que não está bom. Não, esse complexo de vira-lata não existe para mim; o que existe para mim é dizer aquilo que é positivo. Aquilo que é bom para Porto Alegre tem que ser colocado em evidência, Ver. Moisés Barboza, e a orla tem que ser colocada em evidência. Eu discuti, inclusive, essa polêmica que houve acerca do Lerner. Claro que se fosse pelos arquitetos daqui, fariam coisas muito maravilhosas, fariam muitas coisas boas. Mas o problema não é entre os daqui e o Lerner. A questão toda hoje é em manter a Orla, em nós termos uma banca de revistas que não tem na Orla! Mas já imaginaram? Poderíamos ter uma banca multiuso, como está prevista no nosso projeto de lei do mobiliário urbano; os quiosques, as banquinhas dos ambulantes não podem ser aquela chinelagem que existe hoje. Há de se melhorar o mobiliário urbano. Nós estamos nessa luta; nós vamos avançar, vamos colocar em votação e vamos aprovar a lei do novo mobiliário urbano de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, senhoras e senhores. Eu quero me somar à fala do Vereador que me antecedeu sobre a necessidade de uma modernização e de uma inovação do nosso mobiliário urbano. Porto Alegre deixa muito a desejar a respeito dessa Pauta. Eu quero dizer que fizemos um esforço enorme, quando Secretário de Planejamento, para tentar instituir alguns padrões, limpar algumas áreas, descongestionar a poluição visual em determinadas regiões da Cidade, especialmente tínhamos um projeto ali para Azenha. Essa é uma pauta que precisa voltar para agenda positiva do debate desta Casa. Eu quero cumprimentar o Ver. Carús, que foi quem elaborou, através da presidência da Subcomissão, um projeto de lei para que pudéssemos efetivamente dar uma resposta sobre esse assunto para a Cidade. E agora estamos com essa questão da licitação, antes da aprovação projeto, o que me parece que há um conflito de interesses, e o prejudicado é o cidadão, e quem sai perdendo é a Cidade.

Eu em Liderança do meu partido, agradecendo a atenção de todos. Tivemos um almoço no Rotary Clube Porto Alegre Norte, do qual participo, com muita honra, desde 2004, e lá estive o nosso Governador Ilo. Na oportunidade nós falávamos das ações e dos projetos de lei que nós instituímos através do mandato para colaborar com as pautas, e uma das principais pautas do Rotary é o combate à poliomielite, é a erradicação da poliomielite. A campanha End Polio Now pelo fim da pólio. O governador manifestou na reunião-almoço, no Hotel Quality, que existe uma preocupação muito grande com a sociedade no que diz respeito aos índices de vacinação. Permitam-me cumprimentar o Tarso, que tem uma grande liderança na Zona Norte, no Banco de Olhos e no entorno e que acompanha aqui a nossa Sessão.

Nesse final de semana, tivemos a segunda rodada da vacinação. Tivemos um índice muito preocupante para as vacinas de sarampo e de poliomielite: 75% e 76% respectivamente, sendo que os índices mínimos aceitáveis são índices acima de 90%, ainda mais com esses surtos em função da crise que assola a Venezuela, e com a previsão de alguns venezuelanos virem para o Rio Grande do Sul. É muito importante que nós possamos mobilizar a sociedade e conscientizar os pais das crianças de que a vacinação é algo que pode salvar uma vida, ou evitar um acometimento que traga um prejuízo irreversível, como no caso da poliomielite.

Eu fui autor de um projeto de lei na Casa que torna obrigatória a apresentação da caderneta de vacinação quando da matrícula na escola. Se o pai da criança não vacinou contra a poliomielite, tem que voltar ao posto de saúde e fazer a vacina, porque só assim vão se combater os males que assolam a nossa sociedade. Quem não tem um amigo que puxa de uma perna, que teve poliomielite quando era pequeno, que deixa sequelas para o resto da vida?

Queria conclamar a sociedade para que nós tenhamos atenção com as nossas crianças. Queria cumprimentar o Rotary Internacional pela campanha da gotinha, especialmente pela divulgação da vacina da pólio, mas nós também estamos colaborando. Fizemos o projeto de lei no sentido de colaborar não só com a vacinação contra a pólio, mas com todas as vacinas. Esta exigência se torna necessária nas escolas

públicas e nas particulares: que os pais apresentem a caderneta de vacinação na matrícula. Acho que estamos contribuindo. Trago estes índices: somente 76% de crianças vacinadas na faixa etária em que deveriam ser vacinadas, que são índices preocupantes, e trago aqui, então, para que o pessoal e os pais que estão nos assistindo em casa, coloquem a mão na consciência e vacinem os seus filhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h51min.)

* * * * *